

Tendências mundiais e seus reflexos para a Defesa brasileira

Carlos Eduardo Barbosa da Costa¹

Introdução

Vê-se, pela história, que o Brasil sempre exerceu um papel coadjuvante no cenário internacional, seja como colônia, império ou república. Hoje, diferentemente, o país vê um novo alvorecer, em que desponta como liderança regional e ator global de envergadura. Resta, entretanto, saber se o Brasil está preparado, em todos os seus campos do poder, para o novo *status* em um mundo multipolar e globalizado.

Um estudo de cenários prospectivos para o Brasil (SARDENBERG, 1999), feito em 1999, relatou que o futuro desejado pela nossa população apontava para a equidade e a justiça social. Apesar de estes dois anseios terem sido eleitos com prioridade superior ao objetivo do desenvolvimento econômico, é este que proporcionará ao povo brasileiro as condições para estabelecer melhores níveis de renda e bem-estar social.

A Política Nacional vem traçando metas e focando suas ações para tornar esse estudo uma realidade. Baseia seu esforço, principalmente, no campo psicossocial e econômico.

Porém, a falta de percepção dos óbices que podemos enfrentar nessa caminhada vem colocando o país no arrasto das estratégias estrangeiras. O Brasil ambiciona sair da condição de um grande fornecedor de matérias-primas para a de um país com potencial industrial e capacidades associadas às altas tecnologias. Mas como transformar isso em realidade, sem esquecer o realismo do mundo atual?

Este artigo deseja verificar quais são os reflexos, ameaças e oportunidades que se descortinam para o setor de Defesa no futuro com base em duas visões. A primeira relaciona-se ao que desejamos representar no contexto internacional, ou seja, o Brasil segundo sua Política externa. A segunda indica para onde a humanidade caminha com base em análises prospectivas de cenários para o mundo até 2040.

Aonde queremos chegar — a política externa brasileira

Na Constituição brasileira, estão descritos os princípios que regem como o país

¹ O autor é tenente-coronel de Artilharia, mestre em Operações e Ciências Militares. Possui especializações em Inteligência Militar, Operações Psicológicas e Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra. É pós-graduado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRRJ e em Liderança e Gerenciamento Estratégico pelo *Chartered Management Institute*. Concluiu o Curso Avançado de Comando e Estado-Maior Conjunto na Academia de Defesa do Reino Unido (2010). Atualmente comanda o 31º GAC (Es).

se relaciona no contexto das nações (muito claramente, destacam-se itens como a autodeterminação dos povos e a cooperação entre eles, a não intervenção e a igualdade entre os estados). Essas posições adotadas pelo Estado refletem muito em como ele se vê inserido em âmbito global.

A partir da militarização do Cone Sul na década de 60, intensificou-se a necessidade de o Brasil procurar uma integração com seus vizinhos, afastando o perigo que a bipolaridade colocava a sua porta: países limítrofes politicamente frágeis e armados (ALMEIDA, 1999). Além disso, a crise do petróleo e o crescente endividamento dos anos 70 fomentaram um modelo de desenvolvimento autônomo das alianças formadas em torno dos Estados Unidos da América (EUA) na Europa, Oriente Médio e Ásia.

No que tange à segurança, temos outros princípios constitucionais, que demonstram a vocação inequívoca do Brasil para a defesa da solução pacífica dos conflitos. O fato de o Brasil ter fortalecido seu Exército, durante o Império, e sua Marinha, na República — tudo para abater os movimentos separatistas internos e, por fim, a ambição paraguaia de Solano Lopez —, nunca significou que o país adotaria uma geopolítica de expansão territorial. Ademais, as questões fronteiriças brasileiras, quando discutidas internacionalmente, foram integralmente resolvidas pela via diplomática.

Como em qualquer país em desenvolvimento, o Brasil se vê envolto em inúmeros desafios. Estabelecer prioridades é parte essencial das estratégias que a Nação deve possuir, a fim de proporcionar as condições necessárias ao seu desenvolvimento; e sua

política externa reflete isso. O Ministério das Relações Exteriores (MRE), seguindo uma direção política, estabeleceu como sua pauta de atuação o seguinte: promover a integração da América do Sul; fortalecer o multilateralismo; diversificar parcerias, reduzindo assimetrias; mudar a Governança Global; e aprofundar a cooperação Sul-Sul (RIBEIRO, 2011).

A formação de blocos multinacionais de cooperação é uma tendência mundial ainda vigente. O Brasil tem como premissa buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Esse ponto de partida para sua política externa já seria válido pelas razões mencionadas anteriormente, mas avulta de importância, quando percebemos que o país ocupa 47% da América do Sul e possui, sozinho, metade de todo o PIB do continente. Além disso, os quase 17.000km de fronteiras com dez países guindam o Brasil à terceira posição como país com maior número de vizinhos no mundo.

A integração sul-americana vem sendo construída desde as malfadadas Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC – 1960) e Associação Latino-Americana de Integração (ALADI – 1980), que culminaram na criação, em definitivo, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), como modelo de integração e desenvolvimento regional.

O Mercosul responde por 47% das exportações brasileiras de bens industriais, o que impõe uma certa cautela aos parceiros mais frágeis. Porém, o Brasil pauta sua agenda pela atenção aos problemas sul-americanos e, para tanto, empreende medidas

para reduzir as assimetrias no bloco, tais como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), de apoio financeiro. O comércio no âmbito do Mercosul cresceu dos US\$9,2 bilhões em 2003 para a casa dos US\$32,9 bilhões em 2010. Novos associados, como Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, oxigenam ainda mais esse modelo de integração, que tem na Venezuela, como novo membro pleno, um novo significado estratégico dessa integração.

Como evolução natural dessa coesão regional, em 2008, surgiu a União de

Nações Sul-Americanas (UNASUL), ampliando a integração já preconizada pelo Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN). Esse tratado entre doze países sul-americanos propõe o enfrentamento de desafios sem a intermediação de terceiros. Confere estabilidade à América do Sul, exigindo um comportamento democrático dos participantes e oferecendo uma alternativa de integração mais viável do que a Organização dos Estados Americanos (OEA), ainda tutelada pelos EUA.

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como desdobramento da UNASUL, é o primeiro passo concreto, após o Tratado do Rio (1947), para a construção de uma identidade regional sobre seus problemas de segurança. A criação daquele órgão oferece a

seus participantes integrar bases industriais de defesa, garantindo sustentabilidade aos projetos nacionais. Um bom exemplo do esforço diplomático brasileiro ficou evidente quando o país, por meio da UNASUL, mediou a recente crise entre Colômbia e Venezuela, afastando a tendência intervencionista estadunidense e reforçando a unidade regional da América do Sul.

O compromisso brasileiro com o multilateralismo e o respeito ao direito internacional fica evidente no reconhe-

cimento da ONU como foro internacional legítimo. Porém, há um desejo permanente de reestruturação daquela organização, e o alvo prioritário é o Conselho de Segurança (CS), com as propostas de aumento de participantes e de revisão do direito a veto usufruído por apenas cinco membros. Ainda que isso pareça pouco viável em médio prazo, o crescente envolvimento do Brasil em missões de paz, como no caso do Haiti, mostra nossa determinação de ser um *Soft Power*² e mudar gradualmente a relação de como os estados “jogam” no tabuleiro internacional.

O Brasil tem por objetivo diversificar suas parcerias, deixando de lado o natural favoritismo pelos grandes consumidores. Sua participação nas Cúpulas do IBAS (Ín-

O crescente envolvimento do Brasil em missões de paz mostra nossa determinação de mudar a relação de como os estados “jogam” no tabuleiro internacional

² “Na política mundial é possível que um país obtenha os desejos que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade.” (NYE, 2002)

dia, Brasil e África do Sul) é um bom exemplo disso. Atualmente, o IBAS é composto por democracias multiétnicas e multiculturais em desenvolvimento e abriga parceiros estratégicos em questões de cooperação global contra a pobreza.

O BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) é outro modelo de insatisfação com a presente governança global. Este bloco respondeu por 22% do PIB mundial em 2008, mais de um quarto das terras disponíveis e por 40% da população mundial. O aumento de 500% do intercâmbio comercial entre o Brasil e seus demais componentes, a partir de 2003, é um indicador claro de que o nosso país busca diversificar suas relações como forma de compor novas estruturas de poder. Com a crise de crédito de 2008, a China precisou abrir o leque de parceiros, tornando-se, em 2010, o maior investidor estrangeiro no Brasil, ainda que a qualidade dessa relação venha sendo alvo de constantes revisões.

A retomada dos laços com a África reflete um interesse recíproco. O Brasil é o maior país negro fora da África. Nossas exportações para a África cresceram 515% nos últimos dez anos. A presença das maiores empresas brasileiras, como Petrobrás, Vale e Odebrecht, em mais de 15 países africanos

demonstra a intenção integracionista da política externa brasileira. Para tanto, em 2010, o Brasil, juntamente com a Argentina e o Chile, lançou mais de trezentas iniciativas de cooperação técnica com 38 países daquele continente (RIBEIRO, 2011).

Nesse caminho rumo à diversificação de suas relações, o Brasil vem intensificando também suas estratégias para ampliar sua participação comercial com os países árabes. As cifras relativas às transações comerciais saltaram de U\$11 bilhões, em 2004, para U\$30 bilhões, em 2008, e mostram como o Brasil busca uma maior atuação nas questões que envolvem o Oriente Médio, ainda que, para isso, uma posição de neutralidade precise ser estabelecida, como aconteceu no recente fenômeno conhecido como “primavera árabe”³.

Nem por isso o Brasil abandonou suas relações com parceiros tradicionais, como os EUA, a União Europeia e o Japão. Na busca por relações mais equilibradas e uma agenda positiva, o Brasil e os EUA vêm aprofundando o di-

álogo estratégico em temas regionais e globais, a exemplo do contido no entendimento sobre biocombustíveis de 2007. Com isso, as exportações brasileiras para os EUA cresceram de US\$15,3 bilhões, em 2002, para

As cifras relativas às transações comerciais com os países árabes saltaram de U\$11 bilhões, em 2004, para U\$30 bilhões, em 2008

3 Onda de manifestações e protestos populares que vêm ocorrendo no Oriente Médio e no Norte da África desde dezembro de 2010, com o propósito de obter uma mudança de regime de governo, como ocorrido na Tunísia e Egito. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil com o uso das mídias sociais, como Facebook e Twitter, para organizar a população e sensibilizar a comunidade internacional.

a marca dos US\$28 bilhões, em 2008. Na Europa, parcerias estratégicas são buscadas nas áreas da ciência e inovação, a exemplo da estabelecida com a França para a construção e transferência de tecnologia para a indústria aérea e naval.

Questões como meio ambiente e mudança climática também fazem parte da agenda internacional brasileira. A percepção é que um planeta mais seguro e “verde” exige responsabilidades comuns, porém diferenciadas em aporte financeiro e empenho. Afinal, 7% da população do planeta com origem em países ricos são responsáveis pela metade das emissões de dióxido de carbono, enquanto 40% da população mais pobre do globo são responsáveis por apenas 6% dessas emissões. O Brasil, líder em fontes renováveis de energia, rejeita veementemente a ideia de frear o desenvolvimento regional para obter consenso global ecológico.

Como será o futuro — tendências mundiais

Uma das frases atribuídas a Confúcio, filósofo chinês que viveu no séc. VI a.C., é a seguinte: “Aquele que não prevê as coisas longínquas expõe-se a desgraças próximas”. De olho no futuro, os organismos de defesa de países desenvolvidos vêm trabalhando arduamente em colaboração com suas comunidades acadêmicas e órgãos de Inteligência de Estado, com vistas a elaborar os cenários prospectivos que devem alicerçar suas políticas de segurança hoje. Isso possibilita

preparar o terreno doméstico, programar políticas de consenso e tomar decisões estratégicas para melhor enfrentar o que está por vir. No que concerne ao poder militar, o maior desafio é preparar adequadamente as Forças Armadas para rápidas mudanças e capacitá-las para o que enfrentarão, sem que haja surpresas.

Segundo alguns estudos⁴, até 2040, a distribuição do poder na Terra irá mudar (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008). O poder mundial centrado no eixo EUA-Europa migrará para a Ásia. O domínio hegemônico dos EUA provavelmente desaparecerá, ainda que militarmente esse país continue preeminente. Em termos políticos e econômicos, os EUA terão papel de destaque, porém sem o poder de controle das instituições internacionais, como hoje vemos. Seu poder de influenciar decisões em outros países será incomparavelmente mais limitado. A ascensão vertiginosa de países como a China e a Índia não pode ser considerada uma certeza absoluta, dada a natureza e magnitude dos desafios internos que eles enfrentam, porém sua capacidade de alterar as relações globais será considerável. Assim como eles, outros atores, como Rússia e Brasil, competirão por influência regional e global no seio da comunidade internacional.

A globalização continuará provavelmente impulsionando o rápido desenvolvimento dos sistemas de tecnologia voltados às comunicações, o que acarretará a transformação do globo em um ambiente de in-

⁴ No Reino Unido, o programa de tendências estratégicas globais até 2040 foi elaborado pelo Ministério da Defesa. Já nos EUA, o Conselho de Inteligência Nacional disponibilizou à consulta pública o documento intitulado *Tendências globais para 2025: um mundo em transformação*.

formação generalizada. Grande parte da população mundial será capaz de estar *online*, fazendo-se mais consciente e participativa em assuntos vitais para a própria humanidade. As formas inovadoras de comunicação criarão uma audiência conectada em rede, o que oferecerá, simultaneamente, um desafio e uma oportunidade às operações militares. Todos tentarão utilizar massivamente as mídias disponíveis e o sistema político adversário a seu favor.

Politicamente, as decorrências da globalização são susceptíveis de aumentar o nível de interdependência dos estados. É possível que isso seja um motor para acelerar o crescimento econômico, mas também uma fonte de risco, com os mercados locais tornando-se cada vez mais expostos às flutuações e à desestabilização da economia mundial. Como resultado, o cotidiano tende a ser competitivo e dinâmico, levando alguns países a impor barreiras ao comércio exterior para proteger suas economias dos efeitos negativos da globalização. Esses constantes choques entre as decisões políticas e a voracidade do capital irão produzir atritos e, por vezes, estagnação, fortalecendo certos modelos populistas, que encontrarão, cedo ou tarde, sua derrocada no protecionismo.

As manifestações físicas da globalização tendem a ser evidenciadas em maior grau nas regiões economicamente mais bem-sucedidas do mundo e interdependentes. Porém, os modelos geopolíticos anteriores, que preconizavam a expansão territorial como solução às crises internas, não serão mais aplicáveis. As guerras de conquista darão espaço à busca da garantia dos recursos estratégicos. As nações em geral procurarão proteger seus sistemas

econômicos e tudo relacionado a eles: fornecedores, moeda, comércio e propriedade intelectual, os quais dependerão de complexas redes de infraestruturas físicas e virtuais. Isso inclui desde portos e rotas marítimas até redes computacionais bancárias ou de transmissão de energia. Garantir o acesso a esses recursos e à segurança dessas infraestruturas críticas será, na maioria das vezes, de interesse multilateral, ainda que isto subjugue os interesses legítimos de outros. A questão da soberania relativa passará a ser aplicada com mais intensidade pelos países-potência na tentativa de reter o controle dos fluxos de capitais e mercadorias. Os países protagonistas na busca de seus interesses em território estrangeiro, cada vez mais, patrocinarão estados prepostos, organizações não governamentais (ONGs) e grupos descontentes, na tentativa de explorar as vulnerabilidades internas, minimizando, dessa forma, os riscos de um conflito direto entre nações.

As mudanças climáticas possivelmente irão ampliar as tensões políticas e sociais sobre os recursos existentes, mudando velhos paradigmas sobre os reais motivos para se deflagrarem conflitos. A competição por *commodities* e fontes de energia será mais acirrada, e as alterações climáticas podem contribuir para isso. Além disso, os especialistas afirmam que as emissões de gases que influem sobre o efeito estufa irão resultar no aumento da temperatura global. Como essas emissões ocorrem de forma desigual no globo, existirão pressões para que se limitem as emissões futuras em países que buscam incrementar seu parque industrial. A variação da temperatura na Terra afetará com mais intensidade áreas mais susceptíveis a mudanças

ambientais, com maior impacto nas margens do Saara e no Sul da Ásia, região afetada pelas monções.

Muito provavelmente os recursos energéticos, alimentícios e aquíferos serão suficientes e disponíveis para sustentar o aumento populacional e toda a demanda mundial. Contudo o acesso a eles será desigual e haverá escassez em determinadas regiões, aumentando o risco de instabilidade social e de beligerância entre países adjacentes. A frequência e a dimensão das crises humanitárias tendem a aumentar. Muitos países, incluindo China e Índia, provavelmente se tornarão mais dependentes da importação de alimentos para suprir suas enormes populações. Os ganhos de eficiência na produção agrícola satisfarão, em grande parte, o aumento da procura por alimentos, dado o provável avanço científico em áreas como a biotecnologia, combinado com o uso eficiente do solo. Países como o Brasil poderão ampliar, ainda mais, sua produção e exportação de cereais, frutas, oleaginosas e grãos. Os oceanos vão continuar a ser explorados, aumentando a demanda por direitos de pesca em áreas anteriormente inacessíveis, como as regiões polares e zonas econômicas exclusivas de terceiros.

A proporção da população global vivendo em absoluta pobreza provavelmente diminuirá, contudo a desigualdade mundial será ainda maior. O resultado provável será um aumento da instabilidade regional, em particular no Oriente Médio, Ásia Central e África Subsaariana. O aumento do número de jovens sem qualificação profissional reforçará os grupos de descontentes contra os regimes políticos fechados. Esse fato dará berço a novas ideologias impulsionadas por

religião, diferenças étnicas, nacionalismo e desigualdade social, todas com possibilidade de radicalização. No entanto países europeus com menores taxas de natalidade e maior longevidade irão se beneficiar dessa força de trabalho ociosa crescente. O resultado desse 'dividendo demográfico' produzirá um ciclo de migrações, desafogando o contingente populacional africano e asiático. Inicialmente, isso trará benefícios a todos, no entanto, com o tempo, as novas ideologias e pouca mobilidade social moverão os imigrantes contra seus hospedeiros.

Em 2040, aproximadamente 65% da população mundial — seis bilhões de pessoas — viverão em áreas urbanas. As maiores concentrações populacionais em cidades ocorrerão na África e Ásia. Cerca de dois bilhões de pessoas viverão em favelas ao redor do mundo. Várias áreas urbanas de países periféricos e semiperiféricos terão um aumento nos índices de criminalidade e se transformarão em redutos de revoltas populares, que poderão abrigar ideologias extremistas. Cidades com problemas sociais graves poderão sucumbir a crises sucessivas, com sérias implicações para a comunidade internacional. O entendimento da dinâmica das sociedades urbanas será vital para as forças armadas empregadas na tentativa de gerir tais crises.

A proliferação de tecnologias voltadas à produção de armas com componentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares (QBRN) irá gerar mais instabilidade e poderá mudar o equilíbrio militar em várias regiões. As iniciativas ligadas à contraproliferação poderão ser infrutíferas ante a determinação do acesso a essas armas por alguns países ou grupos.

No futuro, as tecnologias ligadas às formas alternativas de energia se tornarão disponíveis, porém reduzindo muito pouco a dependência mundial aos hidrocarbonetos. Assim, o petróleo e o gás continuarão a ter uma função vital como fonte de energia, pelo menos até 2040. As inovações mais significativas provavelmente envolverão sensores, eletro-ópticos e materiais. A nanotecnologia se universalizará, sobretudo em campos da ciência ligados à genética, energia e medicina. As melhorias no setor de saúde irão aumentar significativamente a longevidade e a qualidade de vida de bilhões de pessoas que puderem custeá-la. Além dos EUA, outras potências deterão o *know-how* para o desenvolvimento de mísseis balísticos capazes de atingir grandes distâncias.

Os estados-nações e grupos étnicos independentes coexistirão em uma concorrência persistente por poder e espaço, quer seja territorial ou econômica. Certo é que a natureza violenta dos conflitos vai perdurar, mas com contornos bem diferentes das grandes guerras vividas no século anterior. O conflito armado permanecerá sendo um esforço intrinsecamente humano, com todas as incertezas que isso implica. No entanto, o caráter dos conflitos continuará a evoluir, permanecendo inerentemente instável, mas intenso e sujeito às novas condicionantes impostas pela revolução digital. Os contendores buscarão empregar métodos convencionais, irregulares e assimétricos, combinando, no tempo e no espaço, ações marítimas, terrestres, aéreas, espaciais e cibernéticas. Os conflitos envolverão, em sua maior parte, um conjunto de países, grupos transnacionais e agências não governamentais que irão operar em âm-

bito local e global. Será usada a concorrência de diferentes métodos como a violência intercomunitária, terrorismo, insurreição e até a generalização da criminalidade e desordem. Táticas, técnicas e tecnologias continuarão a evoluir à medida que os oponentes rapidamente buscarem obter vantagens por meio dos sistemas econômicos, financeiros, jurídicos e diplomáticos. Isso fará com que os conceitos de conflito regular e irregular acabem por mesclar-se.

Pensando em segurança — reflexos para a Defesa

A história não registra países com capacidade de ação diplomática efetiva desprovida de suporte adequado no campo militar. Isso empurra o Brasil a uma situação antagônica no início do séc. XXI. Marcado pela tradição diplomática, o país se vê prestes a desempenhar um papel bem mais ativo na nova ordem mundial, com desafios também de maiores proporções. Se, por um lado, não há uma estratégia de defesa eficiente sem crescimento econômico, inclusão social e aperfeiçoamento da capacidade de gestão estatal, por outro lado, o futuro esperado não será viável sem os braços diplomático e militar, à altura de respaldar nossas decisões soberanas.

A política externa brasileira privilegia inequivocamente as relações no âmbito da América do Sul. Porém, as tendências globais nos mostram que o futuro será um mundo de disputas por recursos e conquistas de mercado. O Brasil, como pivô sul-americano, projetará sua economia sobre os países da região, o que confrontará políticas

protecionistas por parte de alguns vizinhos, podendo gerar tensões pontuais. A melhor forma de não permitir que crises se instalem abaixo do Equador é compartilhar os mesmos objetivos de segurança. O Conselho Sul-Americano de Defesa, no escopo da UNASUL, representa uma boa opção para diminuir as desconfiças em âmbito regional, reduzir a influência externa e proporcionar os alicerces para o desenvolvimento de uma indústria de defesa focada em capacidades comuns.

Ao reconhecer a aceleração das transformações no plano internacional, o Brasil irá deparar com um desafio ainda maior. As tendências globais nos mostram que não será a soberania territorial brasileira que estará em jogo, mas, sim, a sua capacidade de reagir positivamente aos desafios de sua ascensão. O Brasil ainda possui gargalos que limitam muito sua capacidade militar e, por conseguinte, sua autodeterminação. Nossa Estratégia Nacional de Defesa, em vigor desde 2008, aponta claramente alguns setores estratégicos que o país precisa trabalhar com maior urgência — o nuclear, o espacial e o cibernético.

O programa de modernização dos submarinos brasileiros em andamento, com incorporação de tecnologia sensível, é um bom exemplo de como o setor de Defesa está alinhado à postura independente brasileira. Ainda que o cidadão comum não perceba a importância de possuímos um submarino com propulsão nuclear, somente com o domínio de toda a cadeia tecnológica necessária

ao desenvolvimento dessa plataforma é que o Brasil será inserido no círculo fechado dos países capazes de defender suas linhas de comunicação marítimas em qualquer parte do globo, o que viabilizará a expansão de suas relações comerciais independentemente de vontades contrárias.

Em um mundo 'corporativo', a atividade de Inteligência é o meio pelo qual a competitividade em diversos setores pode ser mais bem explicada. A utilização do espaço é estratégica para qualquer nação que pretenda exercer sua soberania eficientemente. A míope visão neoliberal brasileira do passado colocou hoje nosso país em situação delicada, pois a privatização do setor de comunicações, ainda que tenha retirado das mãos nacionais apenas a operação dos seus satélites em uso, cerceou também a corrente desenvolvimentista de tal setor. Enfrentamos severas resistências estrangeiras para voltar a lançar nossos próprios satélites. Logo, o programa espacial nacional

precisa ser alavancado para responder pelas crescentes demandas de comunicações e monitoramento de que necessitaremos já para a segunda metade desta década.

O ciberespaço é outro enorme desafio para o setor de Defesa. Na era dos conflitos assimétricos, a exploração das comunicações eletrônicas será o meio mais utilizado para adquirir Inteligência e atacar o poder decisório adversário sem a necessidade do emprego da força. Isso destrói o conceito clássico de que o conflito se deve

*Na era dos conflitos assimétricos,
a exploração das
comunicações eletrônicas
será o meio mais utilizado para
adquirir Inteligência*

circunscrever às áreas de litígio. Ataques às redes e disseminações em massa são cada dia mais frequentes; porém, somente uma pequena parcela desses eventos vem a público ou deles se conhecem os efeitos. Não resta a menor dúvida de que a defesa cibernética necessita urgentemente angariar recursos físicos, econômicos e humanos, com vistas ao desenvolvimento da *expertise* nacional para a neutralização das ameaças virtuais dirigidas contra nossas infraestruturas críticas.

Fica notório que as tendências mundiais requererão uma reestruturação das forças militares ora existentes. Não será a quantidade de meios ou militares que determinará o nível de prontidão necessário para impedir que nossos interesses sejam ameaçados. Além de uma Inteligência de maior qualidade, a mobilidade estratégica e o nível de adestramento das Forças Armadas serão os elementos essenciais para assegurar a salvaguarda constitucional do país. O fim da conscrição para o serviço militar é uma tendência mundial, e o Ministério da Defesa deve esforçar-se para rever sua política expansionista de recursos humanos. Dessa forma, não será no aumento de efetivos que o Brasil encontrará mais segurança, mas, sim, na disposição de fazer o atual contingente mais profissional e capacitado.

Tendo em vista que conflitos convencionais em escala regional ou mundial não se avizinham, o setor de Defesa deverá reavaliar não só a forma como se organiza, mas também sua

conduta operativa, atentando para o caráter multilateral da resolução dos impasses atuais. Os militares brasileiros, quando atuando em força, devem aproveitar a sinergia que advém da capacidade de países aliados, de outros ministérios e do segmento civil organizado. Buscar o estreitamento destes laços deve constituir um objetivo permanente do Poder Nacional.

Um Brasil ainda cheio de contradições sociais continuará a empregar suas Forças Armadas em complemento à segurança pública. Isso é próprio da cultura nacional através dos tempos e continuará a

Operações militares para neutralizar os efeitos provocados por crimes transnacionais ou contra o meio ambiente serão uma constante

existir até que os níveis educacionais da população atinjam patamares superiores. Nesse viés, os militares brasileiros, que já operam em missões de paz com desenvoltura, serão empregados em ambientes cada vez mais urbanos, congestionados e cerceados pelas leis comuns. Isso redirecionará as táticas, em particular as terrestres, e assinalará a dimensão humana do conflito como a mais importante de todas. Atividades de influência em todos os níveis deverão ser desenvolvidas, e isso certamente se tornará uma deficiência atual a vencer. O setor de Defesa terá de oferecer a mesma importância às atividades de mídia e àquelas que ditam o emprego dos meios militares. A conquista das mentes e corações ditará a liberdade de ação dos meios bélicos.

Operações militares para neutralizar os efeitos provocados por crimes transnacionais ou contra o meio ambiente serão uma constante para atender os compromissos

internacionais firmados, minimizar a interferência ecoambiental e promover um desenvolvimento sustentável em regiões remotas. Para tanto, a atividade de Inteligência e a logística do setor de Defesa necessitarão estar mais bem articuladas para evitar duplicações e ampliar a capacidade intragovernamental. O pragmatismo que envolve as decisões políticas será o farol que guiará o emprego dos recursos dos quais a nação dispõe a seu favor. Nesse contexto, a Defesa deve adotar uma postura de apoio irrestrito ao esforço nacional por mais segurança, seja ela pública ou transnacional, sem descuidar, no entanto, do necessário financiamento extraorçamentário que sua aplicação requer.

Ainda que o terrorismo seja uma realidade mundial, e as ameaças estejam cada vez mais factíveis para países em desenvolvimento, não existem indícios de que o Brasil enfrentará esse tipo de ameaça em sua forma mais clássica. O Brasil não baseia sua política externa em coerção ou imposição da força para garantir acesso aos seus interesses, logo, deve ver o problema do terrorismo muito mais pelo viés político do que pelo militar. Empregar volumosos recursos em práticas antiterroristas e contraterroristas, especialmente sobre pressão internacional, pode levar o país a priorizar erroneamente sua segurança. O incentivo à atividade de Inteligência, com uma base legal bem definida e integrada em todos seus subsistemas, parece ser um bom caminho para manter essa ameaça distante.

Considerações finais

Por fim, pode-se concluir que a política externa brasileira claramente busca o que

naturalmente será atingido até 2040 — um mundo mais multipolar. Com tantos fóruns de discussão abertos, o Brasil faz a opção por permear os debates em que a busca por desenvolvimento não obstrua as economias emergentes. Um mundo mais “asiático” não pode ser visto como uma forma de diminuir a importância estratégica da América do Sul. Ao contrário, será nesse ambiente, em que os países ricos terão de se reorganizar para viabilizar o crescimento de suas economias, que o Brasil terá a oportunidade de enfrentar o seu desafio geopolítico. O cenário internacional não sinaliza com pressões severas sobre nosso país, o que nos permitirá atingir mais rapidamente os objetivos desejados.

Assim como outros setores, a Defesa poderá contribuir com isso, valorizando a ONU como fórum legítimo para o emprego da força em prol do bem comum. A participação brasileira em operações de paz, por exemplo, deverá ser realizada em áreas de interesse vital para nossa política externa. Em curto prazo, a participação dos contingentes brasileiros no Haiti — situado em área de reconhecida influência estadunidense — deve ser esvaziada em proveito de outros locais, onde o Brasil poderá exercer um papel menos periférico, como a África Ocidental. Os EUA e seus tradicionais aliados continuarão empenhados em outras frentes ligadas aos recursos energéticos e à contenção sino-indiana, abrindo espaço para que haja a expansão da influência brasileira em áreas distantes.

Não há dúvidas de que choques,

sejam eles financeiros ou com causas naturais, continuarão a varrer o mundo. O Brasil, ao contrário, não se ressentido dos mesmos problemas energéticos, geológicos e climáticos que outros países possuem. A Defesa não pode adotar o planejamento estratégico de forças originalmente expedicionárias, porém não pode deixar escapar aos olhos dos decisores políticos que, sem os setores estratégicos bem encaminhados nos próximos 10 anos, o hiato

entre o Brasil e seus objetivos governamentais vai-se tornar um abismo.

O mundo globalizado e mais competitivo economicamente viverá uma era de conflitos de baixa intensidade, na qual continuará prevalecendo, em última instância, a diplomacia dos “canhões”. A Defesa será o apanágio para garantir o progresso pacífico almejado. É dever de todos agir conjuntamente na proteção da autodeterminação, dos recursos e dos intangíveis interesses brasileiros.

Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais do Brasil: ensaio de síntese sobre os primeiros 500 anos*. **Impulso**, Washington D.C., n. 27, 1999.

BHADRAKUMAR, M. K. Revoltas Árabes impelem uma remodelagem da ordem mundial. **Asia Times Online**. Tradução: Vila Vudu. 10 mar. 2011. Disponível em: <<http://mariafro.com.br/wordpress/2011/03/09/brasil-india-africa-do-sul-ja-viram-que-a-revolta-arabe-obriga-a-remodelar-a-ordem-mundial/>>. Acesso em: 26 maio 2011.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências*. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2008.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Manual Básico: elementos fundamentais**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2009. 3 v.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Conselho de Inteligência Nacional. **Tendência globais para 2025: um mundo em transformação**. Washington DC: [s.n.], 2008.

FERNANDES, Fernanda. **Dossiê IBSA: retro-perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Henrich Böll, 2008. Disponível em: <www.boell-latinoamerica.org/downloads/artigo_IBSA.pdf>. Acesso em: 26 maio 2011.

GERMANY: military conscription to end. **Stratfor Global Intelligence**, 15 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/memberships/177987/sitrep/20101215-germany-military-conscription-end>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

GIRALDI, Renata. Brasil defende mediação da Unasul na crise entre Venezuela e Colômbia. **Empresa Brasil de Comunicação**. Brasília, DF, 26 jul. 2010. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-07-26/brasil-defende-mediacao-da-unasul-na-crise-entre-venezuela-e-colombia>>. Acesso em: 21 maio 2011.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica**: introdução ao estudo. Rio de Janeiro: Sicurezza, 2006.

MOREIRA, José Benedito Barros. A nova geopolítica mundial e seus reflexos para o Brasil. **Revista de Escola Superior de Guerra**, Rio de Janeiro, v. 23, n.48, p. 7-22, 2007.

FRANCO, Wellington Moreira. **A atuação da SAE e a Estratégia Nacional de Defesa**. Rio de Janeiro: ESG, 16 maio 2011. (Palestra proferida na Escola de Guerra Naval).

NEWTON, Carlos. No Conselho de Segurança da ONU, o importante é o poder de veto: e não pretendem atribuir esse direito a nenhuma outra nação. **Tribuna da Internet**, 20 mar. 2011. Disponível em: <<http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=16777>>. Acesso em: 15 maio 2011.

NASSER, Reginaldo Mattar (Org). **Novas Perspectivas sobre os conflitos internacionais**. São Paulo: UNESP, 2010. (Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação).

NYE, Joseph S. **Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

PASSOS, José Meirelles. EUA sabotam programa espacial brasileiro. **Wikileaks Brasil**, 25 jan. 2011. Disponível em: <<http://wikileaksbrasil.org/?p=1458>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

REINO UNIDO. Ministério da Defesa. **DCDC: Programa de Tendências Estratégicas: Tendências Estratégicas Globais – até 2040**. 4 ed.

REINO Unido anuncia profundo corte orçamentário na Defesa. **Estadão.com**, 13 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional.reino-unido-anuncia-profundo-corte-orcamentario-na-defesa.594565,0.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

HERODOTO, Barbeiro. **Relatório da CIA: como será o mundo em 2020**. São Paulo: Ediouro, 2006.

RIBEIRO, Hermano Telles. A Política externa brasileira. In: **CONFERÊNCIA REALIZADA PARA O CURSO SUPERIOR DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA**, Rio de Janeiro, ESG, 2011.

SANTELLANO, Jony. Assinado acordo Brasil-EUA na área da Defesa. **Brasilwiki**. São José dos Campos, SP, 16 abr. 2010. Disponível em: <http://www.brasilwiki.com.br/noticia.php?id_noticia=22986>. Acesso em: 21 maio 2011.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Cenários e Perspectivas para o Brasil: o projeto Brasil 2020. **Proposta**, n. 80, mar./maio, 1999.